

População quer mais direitos para as mulheres

A maioria absoluta da população do Grande Rio de Janeiro e da Grande São Paulo é favorável a que as mulheres tenham direito a salário igual ao dos homens que executam o mesmo trabalho (95%), aposentadoria como donas de casa (91%), fazer o serviço militar (62%), registrar queixa contra o patrão que impuser a concessão de favores sexuais em troca do emprego (96%) e exigir investigação para estabelecer a paternidade do filho (81%). Estes são os resultados da décima parte da pesquisa "A Constituição que o Povo Quer", do Instituto Gallup, que vem sendo publicada pelo GLOBO.

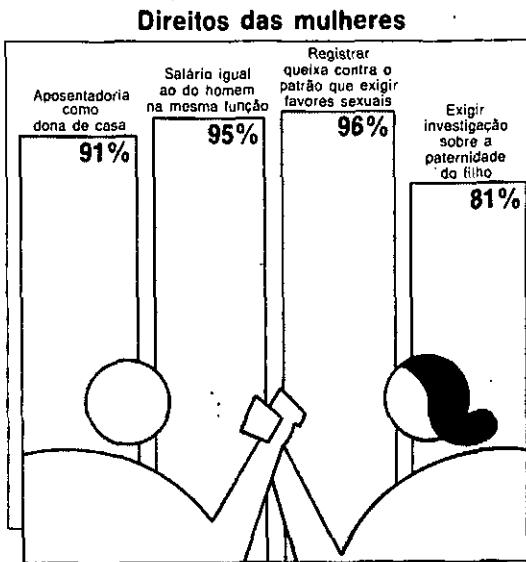
São ainda marcantes o reconhecimento da existência de discriminação econômica contra os negros e mulatos (66%) — acusada por 79 por cento dos negros e 60 por cento dos mulatos — e a ideia de que os homossexuais não devem ser discriminados em termos de salário (82%) ou de emprego (59%). Mas dois quintos dos entrevistados se manifestam contra o direito destes últimos em exercer certas profissões, como, por exemplo, a de professor primário.

O direito a salário igual ao do homem para as mulheres é de aceitação quase unânime (95%). O menor índice de aprovação se verifica entre pessoas de nível primário (93%) e o maior (99%) entre as de instrução superior.

A concessão de aposentadoria às donas de casa, pela Previdência Social, que recebe um apoio ligeiramente menor (91%), inverte a situação: Os de nível universitário são quem menos a aprova (85%) e os de instrução primária quem mais a considera importante (94%).

O abuso da posição de ascendência do empregador ou do chefe sobre as funcionárias, traduzido em exigências de favores sexuais, é prática amplamente condenada. Dos 96 por cento que se manifestaram pelo direito das mulheres de registrarem queixas contra os patrões que se utilizam desse recurso, o percentual é quase idêntico para homens (95%) e mulheres (96%). E na classe B e no Rio de Janeiro que esse direito é mais aceito (98%). Na classe D/E, que aqui coincide claramente com o nível mais baixo de escolaridade, está o menor índice de aprovação, que, no entanto, é extremamente elevado: 94 por cento.

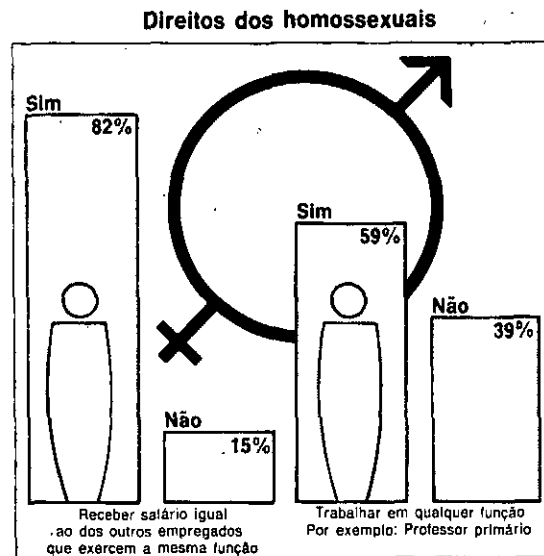
A investigação sobre a paternidade, vista como um direito das mulheres de obrigar o pai a assumir responsabilidades, é aprovada por 81 por cento dos entrevistados. A principal divergência se dá entre os homens, que se manifestam francamente positivos quanto a esse direito (87%), e as mulheres, que lhe dão um índice de aprovação de 74 por cento.



Os negros sofrem discriminação no mercado de trabalho, na opinião de 66 por cento das pessoas ouvidas. Essa discriminação é reconhecida principalmente pelos entrevistados de grau superior de instrução (86%), das classes A (81%) e B (79%) e por oito entre cada dez negros (79%). É curioso verificar que nas pessoas de instrução primária (46%), na classe D/E (44%) e entre os indivíduos de

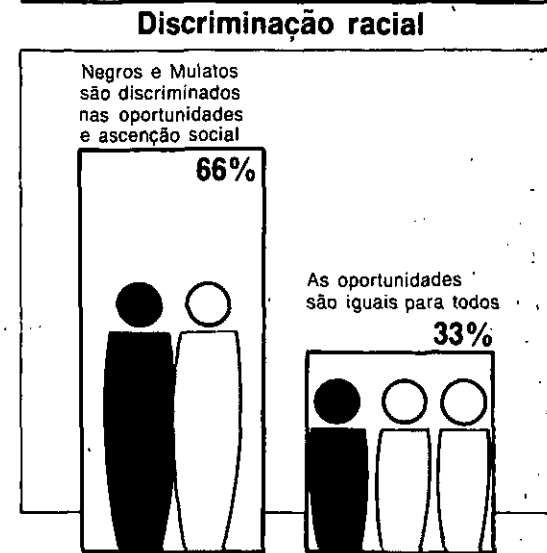
mais de 50 anos (40%) o conceito de que a "oportunidade de subir na vida é igual para todos" parece enraizado.

Quatro em dez brasileiros são favoráveis a que os homossexuais sejam impedidos de exercer certas profissões como, por exemplo, a de professor primário. Esta posição é condenada por 59 por cento, que



acham que eles devem trabalhar em qualquer função. A opinião contra a discriminação é maior na classe A (67%), nos de formação universitária (64%) e nos mais jovens (62%). O apoio às restrições vem principalmente da classe B (42%), das pessoas de meia-idade (42%), de nível secundário (40%) e de São Paulo (40%).

O direito dos homossexuais a receberem o mesmo salário que outros



trabalhadores (82%) só recebe constatação significativa entre as pessoas de instrução primária, das quais um quinto (24%) a ele se opõe. O apoio a esse direito é maior na classe A, onde conta com 67 por cento.

O Instituto Gallup ouviu 1349 pessoas, das quais 671 são homens e 678 mulheres, 741 moram em São Paulo e 608 no Rio.